

**PATRIMÔNIO, IDENTIDADE E MEMÓRIA: A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL
COMO FERRAMENTA DE VALORIZAÇÃO DA CULTURA IMATERIAL LOCAL**

**HERITAGE, IDENTITY AND MEMORY: HERITAGE EDUCATION AS A TOOL
FOR VALUING LOCAL IMMATERIAL CULTURE**

Recebido em: 10/12/2021

Aceito em: 12/03/2021

Leandro de Almeida Serres¹ - ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1955-3820>
Domingos Sávio Campos de Azevedo² - ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7482-8228>

Resumo: O presente artigo aborda conceitos estruturantes da cultura material e imaterial nacional, bem como a trajetória das políticas do patrimônio no Brasil e suas contribuições para a revalidação da cultura brasileira, bem como busca traçar uma linha temporal de fatos pertinentes de sua evolução. As abordagens metodológicas acerca do elemento “patrimônio” são plausíveis de análise pelo viés de sua inserção enquanto macro conceito e, com o passar do tempo, vai sendo desmistificada a visão que vinculava o patrimônio apenas às grandes obras arquitetônicas, via de regra determinadas pelas ditas “elites”, sejam estas econômicas, sociais, culturais e políticas. Por fim, mas não menos importante, aborda a importância da inserção da Educação Patrimonial na vida das comunidades locais, por acreditar ser a Educação, a única e maior forma de promover a emancipação cultural destas populações esquecidas, introjetando nos jovens os saberes acerca de sua origem e, transmitindo-lhes os saberes necessários para que, além de elos, sejam ferramentas de propagação de suas culturas, emancipando de maneira maiúscula a enorme diversidade cultural de nosso Brasil.

Palavras-chave: Patrimônio Material e Imaterial; Cultura; Identidade; Memória; Educação Patrimonial.

Abstract: This article addresses structural concepts of national material and immaterial culture, as well as the trajectory of heritage policies in Brazil and their contributions to the revalidation of Brazilian culture, as well as seeking to draw up a timeline of pertinent facts of its evolution. The methodological approaches to the element “heritage” are plausible for analysis due to its insertion as a macro concept and, over time, the vision that linked heritage only to great architectural works, as a rule determined by the aforementioned, is being demystified. “Elites”, be they economic, social, cultural and political. Finally, but no less important, it addresses the importance of inserting Heritage Education in the life of local communities, as it believes that Education is the only and greatest way to promote the cultural emancipation of these forgotten populations, introjecting knowledge about their origin and, transmitting to them the necessary knowledge so that, in addition to links, they are tools for the propagation of their cultures, emancipating in a capital way the enormous cultural diversity of our Brazil.

Keywords: Material and Intangible Heritage; Culture; Identity; Memory; Patrimonial Education.

¹ Licenciado em História pela Pontifícia Universidade Católica do RS, *Campus* II Uruguaiana, Mestrando do Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas pela UNIPAMPA *Campus* São Borja. Pesquisa sobre Educação Patrimonial, Identidade Cultural, História e Memória. E-mail: leandro.serres@gmail.com..

² Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, professor Associado da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA, *Campus* São Borja nos cursos de Comunicação Social – Publicidade e Propaganda e Ciências Sociais – Ciência Política. E-mail: domingosazevedo@unipampa.edu.br.

INTRODUÇÃO

O presente artigo versa sobre as noções de Patrimônio, Identidade e Memória, conceituando e pontuando estes temas na centralidade do que realmente se mostram na cultura brasileira, que nada mais é do que a formação de uma brasilidade regional, embasada nas peculiaridades locais acerca do estudo do Patrimônio Cultural e sua categorização em Material e Imaterial.

O enfoque principal do texto é evidenciar a importância da cultura imaterial, através do entendimento do progresso das políticas culturais num breve relato da história do Brasil e suas dinâmicas acerca do entendimento, aceitação e organização do patrimonialismo.

Conhecer nossa história sempre foi, de longe, um dos maiores desafios para entender determinadas conjunturas sociais e perceber aspectos que nos unem e nos tornam fortes enquanto sociedade. Este trabalho pauta sobre questões de entendimento acerca dos conceitos de patrimônio cultural e sua organização voltada ao seu próprio estudo enquanto objeto, alvos do que nomearemos como Educação Patrimonial.

Conceitos de pertencimento, identidade cultural e memória se inserem neste contexto, pois de nada adianta uma sociedade que não conhece seu passado e não cultua suas tradições.

Esse emaranhado de saberes locais estão na pauta da organização do que, historicamente o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN – nos traz como ferramentas para o que se tornou uma das maiores armas pela perpetuação da cultura brasileira, que são as formas de organização da Educação Patrimonial. Este vínculo de organização social se permeia através de diversos nuances, mas vislumbra-se, analisando o histórico recente, porém efetivo, do IPHAN, na necessidade de canalizar esforços para que nossa sociedade perpetue-se enquanto cultura e sentimento de pertencimento às culturas locais de cunho imaterial, demonstrando sua importância frente à cultura material, desde os primórdios tida como manifestação máxima da gnose acerca do patrimônio.

DESENVOLVIMENTO

Quando se fala em “Patrimônio Cultural”, a primeira ideia a que somos remetidos é de um Museu, um Teatro, uma obra arquitetônica grandiosa, que expresse a pujança, seja ela econômica, cultural, social de uma sociedade em uma determinada época.

É importante definir que a cultura patrimonial é submetida à duas classificações, estabelecidas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN – que nos remete à cultura Material e Imaterial.

A cultura material é a mais conhecida por todos, pois é facilmente visível e ganha dimensões de poder e eloquência através de suas variadas formas e grandiosa beleza estrutural. Segundo o IPHAN, o patrimônio material são:

Os bens tombados de natureza material podem ser imóveis como os cidades históricas, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais; ou móveis, como coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos.

A cultura imaterial é tida como um conjunto de manifestações identitárias locais, demonstrando a grandiosa multiplicidade de estilos e bases culturais pelos quais a nossa sociedade foi gerada e organizada, permanecendo por vezes esquecida, mas não perdendo jamais sua importância frente aos evolutos tempos da história cultural brasileira.

Os bens culturais de natureza imaterial dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas).

A Constituição Federal de 1988 define, entre outras orientações, em seus artigos 215 e 216, a ampliação a noção do conceito de patrimônio ao reconhecer a existência de bens culturais de natureza Material e Imaterial.

Nisso, a Constituição prevê a organização de um amplo sistema de inclusão do patrimônio a ser preservado pelo Estado em consonância com a sociedade, das manifestações e bens culturais que sejam base de entendimento dos variados grupos que compõem a sociedade brasileira.

As manifestações culturais, tidas como Imateriais são aquelas transferidas de geração para geração, reproduzidas entre grupos comunitários em relação ao seu habitat, suas formas de obtenção de sustento na relação com a natureza, sua historicidade e crenças, formando uma intensa necessidade de perpetuação destes conhecimentos, a fim de elucidar o papel identitário de pertencimento, elevando e respeitando a diversidade cultural como ferramenta de amparo destas culturas em suas próprias vicissitudes.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) define como patrimônio imaterial

"as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos os indivíduos, reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural.”.

Questões que versam sobre o patrimônio datam de períodos bastante antigos da história do Brasil. A vinda da Família Real para cá trouxe um arcabouço de fontes e materiais que, logo levaram nosso país a necessidade de criação de obras arquitetônicas condizentes com o status da família real que aqui vivera. Daí surgem as primeiras noções do que seria o Patrimônio Cultural Brasileiro. Museus, parques, praças e bibliotecas foram os primeiros expoentes de Patrimônio Reconhecidos pela nossa sociedade. Talvez daí a ideia errônea e primitiva de que o patrimônio estava fundamentado apenas às grandes obras e edificações.

Porém, durante o governo de Getúlio Vargas, mais especificamente no ano de 1937, é criado o IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – com a intenção de organizar ações educativas como estratégias de proteger e preservar o patrimônio, agora sob sua responsabilidade, introduzindo uma atmosfera de discussões teóricas, metodológicas e acima de tudo conceituais, fundamentando, desde então, as políticas públicas de Estado para esta área.

A Semana de Arte Moderna, de 1922, foi preponderante para traçar as bases do que seria competência do IPHAN. Artistas e intelectuais da época, como Mário de Andrade, apontavam de maneira incisiva para a importância do caráter pedagógico da cultura para a evolução da sociedade brasileira. A criação de um órgão ligado ao ente Federativo, que fosse estritamente dedicado à catalogação, análise e preservação do patrimônio histórico e artístico brasileiro foi de enorme relevância, através do anteprojeto do SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – primeira versão do que temos hoje pelo nome de IPHAN.

Entre os anos 1937-67, o IPHAN adota ações educativas pautadas em evidenciar o que existia em termos de patrimônio material brasileiro. Fomenta a criação de museus para se tornarem locais de visitação em exposições, inicia políticas de tombamento de coleções e acervos documentais e artísticos, recorrendo à visão antiga que temos de patrimonialismo, proposta por grandes obras, coleções religiosas, militares e, incentivando publicações

internacionais de temas acerca da cultura brasileira, divulgação nas mídias jornalísticas locais. Tudo isso objetivando mostrar à um público maior e menos informados sobre o seu papel e sua missão na preservação do patrimônio Nacional.

Um importante personagem deste processo foi o então dirigente do IPHAN no período 1937-67, Rodrigo Melo Franco de Andrade. Enquanto esteve à frente do Instituto, primou pela importância da Educação como ferramenta de preservação da cultura nacional. Conforme declara em uma de suas últimas falas a frente do Instituto,

Em verdade, só há um meio eficaz de assegurar a defesa permanente do patrimônio de arte e de história do país: é o da educação popular. Ter-se-á de organizar e manter uma campanha ingente visando a fazer o povo brasileiro compenetrar-se do valor inestimável dos monumentos que ficaram do passado. Se não se custou muito a persuadir nossos concidadãos de que o petróleo do país é nosso, incutir-lhes a convicção de que o patrimônio histórico e artístico do Brasil é também deles, ou nosso, será certamente praticável (MINISTÉRIO DA CULTURA, 1987, p. 64, apud OLIVEIRA, 2011, p. 32).

Entende-se por Educação Patrimonial ou “Educação para o Patrimônio”, um conjunto de ações permanentes de trabalho voltado à sistematização daquilo que é tido como Patrimônio Cultural sendo utilizado como fonte primária ao processo de enriquecimento do conhecimento individual e, sobretudo, coletivo. Um de seus principais objetivos é criar um viés ideológico de Identidade Cultural, que tenha por principal propósito incluir os sujeitos históricos no que tange a memória coletiva de seus habitats, fazendo com que estes sintam-se pertencentes ao espaço, criando assim, uma mentalidade de união, preservação, respeito e, tradição.

Segundo a Cartilha sobre o Patrimônio Histórico do IPHAN, Educação Patrimonial é

Atualmente, a CEDUC defende que a Educação Patrimonial constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o Patrimônio Cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera ainda que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de Patrimônio Cultural.

Portanto, educar para o patrimônio torna-se um desafio bastante pertinente, pois a educação por si, nos dias atuais, padece de uma reorganização e atualização de seus conceitos, visando acompanhar todo o escopo tecnológico pelo qual a sociedade vem passando.

Estudar a tradição cultural, inserindo estes conceitos na educação básica é uma forma bastante eficiente de introduzir o sentimento de pertencimento às comunidades tradicionais locais, sobretudo uma forma de fazer com que os sujeitos sintam-se responsáveis por observar, entender, avaliar e sobretudo, reivindicar voz e vez àquilo que julgam fazer parte do seu patrimônio, seja ele material ou imaterial.

Acessar as fontes, estabelecer contato direto com as manifestações culturais existentes no seu entorno, reconhecer aquilo que pode e é definido como “cultura”, faz parte do trabalho da Educação Patrimonial. Incentivar crianças, jovens e adultos ao processo de conhecimento, despertando o sentimento de pertencimento àquela manifestação cultural, promove um engajamento social bastante eficiente para a construção de conhecimentos, por meio destas identificações, análises e apropriações destes conceitos patrimoniais.

A valorização de nossas heranças culturais desenvolve nos sujeitos uma capacidade de compreensão das múltiplas realidades e, sobretudo, do jogo de interesses que permeiam a gestão de políticas públicas patrimoniais. A ação e, até mesmo, a inação governamental frente ao trabalho de valorização do patrimônio deve servir de modelo de análise por parte dos atores locais, para a geração de novos conceitos e conhecimentos, promovendo uma evolução constante no que diz respeito à produção cultural.

O patrimônio cultural é herança, mas é também propriedade. Para Gonçalves (2005), não basta uma decisão política do Estado para legitimar um patrimônio, é preciso ‘ressonância’ junto a uma população, a um público. Para ele,

“Patrimônios culturais seriam entendidos mais adequadamente se situados como elementos mediadores entre diversos domínios social e simbolicamente construídos, estabelecendo pontes e cercas entre categorias cruciais, tais como passado e presente, deuses e homens, mortos e vivos, nacionais e estrangeiros, ricos e pobres, etc.” (pp.16-17)

A apropriação do conceito patrimonialista de forma consciente pelas comunidades locais são importantes ferramentas de evolução social, pois promovem uma mentalidade de preservação e sustentação dos bens culturais, o que só vem a reforçar sentimentos indispensáveis aos sujeitos culturais locais, que são identidade cultural, pertencimento, cidadania e participação naquela cultura em evidencia.

Introduzir políticas públicas de Educação Patrimonial são formas de “alfabetização cultural”, que oportuniza um entendimento, por parte dos sujeitos, do universo que os rodeia,

compreendendo conceitos históricos e contextos econômicos, culturais e políticos, ocasionando-lhes um status de “sujeitos de sua própria história”, fazendo com que estes demonstrem aos seus gestores públicos, o que é realmente importante para aquela comunidade em específico.

Esta participação eleva a autoestima destas comunidades, legitimando o seu papel de agentes sociais, ampliando a noção de valorização da cultura local, empreendendo suas pluralidades e múltiplas vertentes para, assim, engajar um maior número de atores neste processo.

Para tanto, dialogar se torna uma ferramenta extremamente importante para estas comunidades, haja visto que suas reivindicações estejam em consonância com processos de emancipação cultural, para que, além de pertencentes àquele processo, elas deixem claro seus posicionamentos acerca do que elas esperam de investimentos das autoridades detentoras do poder. Esse processo permanente eleva o nível das discussões e incita cada vez mais uma maior parcela da comunidade a se engajar nestas causas do patrimônio, desenvolvendo espírito crítico e descobrindo lideranças positivas dentro da própria comunidade e, que dificilmente teriam oportunidades de se sobressair se não por estes caminhos.

Tudo isso visa uma maior qualificação do que é tido como patrimônio, desmistificando a ideia de que somente as grandes obras arquitetônicas ou o que era regado pelas elites seja passível de preservação, gerando redes de integração na valorização desses bens,

A especificidade do que é Patrimônio pode estar sendo aplicada, portanto, a qualquer evidência material ou manifestação popular, seja um agregado de bens, um sítio histórico, monumentos, paisagens, parques, praças ou até mesmo uma área de preservação ambiental.

Também pode ser agrupado ao patrimônio todas as manifestações “imateriais” pelo qual a herança cultural é perpetuada na história das comunidades, através de diferentes exposições culturais, ritos e folclores, processos de produção local (a nível industrial ou sob forma de artesanato), técnicas e conjuntos de saberes coletivos e qualquer outra relação de pertencimento à um grupo de indivíduos e que seja resultante de sua interação com o meio onde vivem.

A noção de Bem de Natureza Imaterial aqui utilizada é aquela definida pela Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, aprovada pela UNESCO em 17 de outubro de 2003:

“(…) as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana”.

As diversas manifestações pelas quais os povos expressam seu modo de ser e agir, a maneira como lidam com suas peculiaridades, sejam elas históricas, geográficas, econômicas, políticas ou sociais, no decorrer do tempo, vão se tornando manifestações próprias e, conseqüentemente, seu conjunto cultural particular e bastante específico, pois brinda determinada especificidade local. Desses elementos vemos a constituição de uma CULTURA de pertencimento específica, passível de preservação e, acima de tudo cuidado.

Analisando relatos do documento do Departamento de Identificação e Documentação/IPHAN intitulado *O Patrimônio Cultural Brasileiro: novos instrumentos de preservação*, a criação de uma ferramenta apropriada em reconhecer e valorar bens processuais incitou demasiados debates, com a participação de técnicos de diferentes instituições da área da Cultura, reunidos num Grupo de Trabalho especialmente instituído para esse fim:

“Em novembro de 1997, em comemoração aos seus 60 anos, o IPHAN promoveu em Fortaleza um seminário internacional com o objetivo de discutir estratégias e formas de proteção ao patrimônio imaterial”. A Carta de Fortaleza, documento final do evento, entre outras indicações, recomendou o aprofundamento da discussão sobre o conceito de bem cultural de natureza imaterial e o desenvolvimento de estudos para a regulamentação do registro, como principal modo de preservação desses bens”.

A cultura é um processo bastante dinâmico, pois ela transita de geração para geração, sendo contada pelos mais velhos, ouvida e absorvida pelas gerações mais jovens, adaptada e levada adiante, como manifestação de identidade e de pertencimento àquele espaço. Nessa absorção de informações é importante salientar a adaptação que estes saberes recebem, tornando-se, ora problemas, ora soluções, sejam para pequenos ou grandes problemas enfrentados por estas comunidades.

O sentimento de pertencimento ao que somos submetidos desde nosso nascimento são, elementos oriundos de contextos sociais pelos quais nossa história foi concebida e perpetuada através de nossas manifestações culturais. Essa transmissão cultural é importantíssima, pois

tudo o que aprendemos no convívio social ao que somos inseridos se transformam em práticas cotidianas e similares, que norteiam nosso caminho enquanto indivíduos de uma determinada conjuntura cultural.

A educação patrimonial versa sobre estes tipos de aprendizagens, sejam elas formais ou informais, diretas ou indiretas. Elas servem para que tenhamos sentimento de apego ao que nossos pais nos proporcionaram de conhecimento durante nossa formação enquanto cidadãos, seja pela incorporação cultural, pelo domínio dos modos de agir e pensar em determinadas situações ou as formas de se relacionar com os demais grupos e, até mesmo, na formulação de um autoconhecimento.

Essa dinâmica social de pertencimento à um determinado grupo, é fundamental para que os indivíduos consigam estabelecer e reconhecer sua própria identidade. Saber que as comunidades são diversas, plurais e independentes é também uma forma de aceitar e respeitar essa diversidade, colocando-se como parte de um todo e não, acima ou abaixo de alguém.

Nosso país é miscigenar e, portanto, um emaranhado de culturas que foram, ao longo do tempo histórico, se distribuindo e se organizando no imenso território em que nos identificamos como País. E, o mais interessante de tudo, é que essa enorme diversidade cultural promoveu a formação e a existência do que é reconhecido hoje como “cidadão Brasileiro”, pelo qual ele percebe-se como parte de um todo mas, em sua especificidade, se permite reconhecer seu passado, compreender seu tempo presente e agir sobre ele.

Vale a pena ressaltar novamente que o Patrimônio Cultural brasileiro não está restrito àquilo que os Agentes Governamentais e as Elites detentoras dos meios de produção ditam como patrimônio.

Nossa quantidade de formas de expressão cultural é infinita. Elas constituem o patrimônio vivo da sociedade brasileira, através do artesanato local, das formas que o homem usa o espaço para seu sustento, através da caça, da pesca, das crendices na medicina das plantas, da arquitetura, da culinária, das danças e da música, das vestimentas, dos sotaques locais que formam quase que dialetos regionais, as festividades religiosas e populares, as formas de interação entre as famílias de uma localidade; tudo isso revela a multiplicidade que temos como cultura e, que permanecem vivas no cotidiano de nossas comunidades.

Portanto, uma educação que se volte ao patrimônio é uma maneira de perpetuar o que nossas comunidades fizeram e deixaram de legado às gerações que as sucederam. Entender que

a inserção da educação patrimonial no cotidiano social é, sem sombra de dúvidas, investir na conservação das memória, tanto material quanto imaterial dos agrupamentos humanos.

Essa tentativa poderá se dar por diversas maneiras, sejam elas na formação contínua dos docentes das redes pública e privada, adaptação curricular nas séries iniciais e finais do Ensino Fundamental nos componentes de Ciências Humanas, criação de centros históricos, bibliotecas públicas, museus, espaços para a divulgação da cultura e historicidades locais;

Mas, o mais importante, é que se faça algo em torno desta divulgação, pois políticas públicas neste sentido geram ações concretas que, além do enriquecimento cultural que as sociedades terão, agrega-se a isso o elemento econômico, com a instauração de pontos turísticos a partir destes patrimônios, gerando emprego, renda e alternativas de minimizar as dificuldades pelos quais estas comunidades passam, através da transformação de suas paisagens em cenários e, estes, passíveis de um olhar diferente por parte de outros indivíduos, valorizando e contribuindo para o entrelaçamento cultural destes diferentes modelos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a realização deste artigo, através das leituras e levantamentos bibliográficos, percebeu-se a enorme importância das políticas do Patrimônio, tanto Material quanto Imaterial para o desenvolvimento de uma sintonia entre o passado e o imaginário cultural brasileiro. Percebeu-se também a grande vastidão de informações acerca das culturas regionais que se fazem presentes no imaginário popular brasileiro e suas respectivas importâncias para a delimitação do que é história, legado, patrimônio e memória popular.

O entendimento do papel do IPHAN durante o transcorrer do tempo histórico foram bastante pertinentes pois auxiliaram na adequação dos temas vinculados à historicidade brasileira e ajudam a desmistificar o conceito patrimonialista de grandiosidade, anulando as especificidades locais.

O reconhecimento da importância do resgate da memória histórica foram fundamentais para o desenvolvimento da escrita, aonde cada elemento se assenta e quais suas formas de aparição pelos vários tipos de localidades analisadas.

Por fim, fica clara a enorme contribuição que a inserção da educação patrimonial em nossas sociedades locais poderá trazer, com a finalidade de elucidar nosso passado em vistas do que podemos fazer no presente para que nossa cultura não deixe de existir.

Só existe um caminho para que nossa sociedade rume ao progresso, respeitando e valorizando as diversidades culturais e convivendo harmoniosamente com o diferente, respeitando as relações de pertencimento e fomentando a implementação, através da cultura do patrimônio, de uma identidade cultural heterogênea, representando a multiplicidade de crenças e cultos que temos em nosso país.

REFERÊNCIAS

ALVES, Ana Claudia Lima. **O Patrimônio Cultural Brasileiro: novos instrumentos de preservação**. Brasília: MinC/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, 2002.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 04 Out. 2020.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/>>. Acesso em: 11 Out. 2020.

FONSECA, M. Cecília Londres. **Referências Culturais: base para novas políticas do patrimônio**. In: **O Registro do Patrimônio Imaterial**. Brasília/MinC, 2000.

GONÇALVES, José R.S. (2005) “**Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônio**”. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, Ano 11, N. 23, pp. 15-36, jan./jun.

GRUNBERG, Evelina. **Manual de atividades práticas de educação patrimonial**. Brasília, DF – IPHAN, 2007.

TOLENTINO, Atila Bezerra (Org.). – **Educação patrimonial: educação, memórias e identidades / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan)**; João Pessoa: Iphan, 2013. – (Caderno Temático; 3).